



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

- 1.1. O problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público é a mitigação de um risco grave e iminente à vida e à integridade física do servidor responsável pela manutenção de pneus da frota municipal, uma atividade essencial para a continuidade dos serviços públicos. A etapa de calibragem expõe o trabalhador a um perigo extremo, que precisa ser neutralizado com urgência.
- 1.2. Essa necessidade é tecnicamente fundamentada e corroborada pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) do setor de Borracharia. O documento identificou o risco de "Explosão/estouro de pneus" e, em sua análise, o classificou com **Nível Alto (8)**, atribuindo-lhe uma severidade **"Fatal ou Incapacitante" (4)**. O PGR destaca que um acidente desta natureza pode causar desde surdez e esmagamento de membros até a **morte do servidor**.
- 1.3. Diante da gravidade, o próprio laudo técnico estabelece como medida de controle indispensável a **"Implantar Gaiola para a Calibragem de Pneus"**. Trata-se de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) projetado com



materiais resistentes e estrutura reforçada para conter a força de uma possível explosão, proporcionando um ambiente controlado e seguro para a inflagem.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Problema Específico a ser Resolvido:

2.1. Conforme detalhado na "Descrição da Necessidade", o problema central a ser resolvido é o risco grave e iminente à vida do servidor durante a calibragem de pneus de veículos pesados da frota municipal. O processo atual carece de uma medida de proteção coletiva eficaz para conter a energia de uma eventual explosão, expondo o trabalhador a um perigo inaceitável e documentado pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Busca-se, portanto, a solução que neutralize este risco específico de forma definitiva.

Análise Comparativa das Alternativas Possíveis:

2.2. Foram analisadas as seguintes alternativas para o problema do risco de acidentes na inflagem de pneus:

ALTERNATIVA A: Manutenção do Processo Atual (Sem Gaiola de Segurança)

2.3. **Descrição:** Continuar a inflar os pneus sem o uso de um equipamento de contenção específico.

2.4. **Análise Técnica:** Processo de altíssimo risco. A inflagem de pneus de grande porte pode resultar em explosões ou no arremesso de componentes, com potencial para causar lesões graves ou fatais aos trabalhadores. Não existe outra medida passiva que ofereça o mesmo nível de segurança.



2.5. **Análise Econômica:** O custo de aquisição inicial é nulo. No entanto, o custo potencial de um único acidente — envolvendo despesas médicas, indenizações, afastamentos, processos judiciais e danos à imagem da prefeitura — é imensurável e exponencialmente superior ao valor do equipamento de proteção.

2.6. **Veredito:** Inviável. Manter esta alternativa significa anuir com um risco catastrófico à vida e à integridade física do servidor, além de descumprir as boas práticas e normas de segurança do trabalho.

ALTERNATIVA B: Aquisição de Gaiola de Segurança para Inflar Pneus

2.7. **Descrição:** Adquirir um equipamento de proteção coletiva construído com materiais resistentes, projetado especificamente para conter a força de uma possível explosão durante a inflagem de pneus.

Análise Técnica: É a solução de engenharia projetada para este fim, minimizando drasticamente o risco de acidentes graves ao criar um ambiente de trabalho controlado e seguro. Trata-se de uma medida de proteção fundamental para a vida do trabalhador.

2.8. **Análise Econômica:** O custo de aquisição é relativamente baixo para um equipamento de segurança desta importância. O investimento é plenamente justificado pela prevenção de acidentes, pela consequente redução de custos com saúde e segurança, e pelo cumprimento das normas regulamentadoras.

2.9. **Veredito:** Vantajosa. Solução essencial para a segurança, prevenção de acidentes e conformidade com os princípios de saúde e segurança ocupacional.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução (Síntese):

2.10. Com base na análise, a adoção da Alternativa B - Aquisição da Gaiola de Segurança - se impõe como a única solução técnica e economicamente defensável para a Administração Pública.

2.11. **Justificativa Técnica:** A gaiola de segurança é a única alternativa que oferece uma barreira física eficaz contra o risco de explosão, sendo a medida de



controle recomendada pelo laudo técnico do PGR. A sua não implementação caracteriza a manutenção de uma condição de trabalho de alto risco, o que é tecnicamente inaceitável.

- 2.12. Justificativa Econômica: O custo-benefício é inquestionável. O investimento na aquisição do equipamento é irrisório quando comparado aos custos diretos e indiretos que um acidente grave acarretaria ao erário. A decisão mais econômica é sempre a prevenção, que elimina a possibilidade de despesas futuras catastróficas e de responsabilidade jurídica para o Município. A escolha, portanto, atende plenamente ao princípio da economicidade, visto que protege o patrimônio público de um passivo de valor imensurável.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

- 3.1. A presente contratação não será objeto de parcelamento, uma vez que se destina à aquisição de um item único e indivisível: uma gaiola de segurança para inflar pneus.
- 3.2. A regra do parcelamento, que visa ampliar a competitividade, aplica-se apenas quando há viabilidade técnica e econômica para a divisão do objeto. Neste caso, por se tratar de uma solução unitária, cuja funcionalidade e segurança dependem de sua entrega integral, a divisão do fornecimento é tecnicamente inviável e não traria qualquer vantagem à Administração.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;



4.1. Para suprir a demanda será necessária uma unidade do item.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

5.1. R\$ 10.000,00 dez mil reais.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

6.1. Em anexo

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

7.1. A solução para mitigar o risco de acidentes graves na borracharia consiste na aquisição de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) específico: **uma (1) Gaiola de Segurança para Inflar Pneus.**

7.2. Este equipamento é projetado para conter a energia liberada em uma eventual explosão ou despressurização súbita de pneus de veículos pesados durante a calibragem, criando uma barreira física que protege a vida e a integridade física do servidor. A solução deve ser robusta, funcional e, acima de tudo, segura.

Exigências Essenciais da Solução:



7.3. Para garantir a eficácia e a segurança do equipamento, a solução deverá atender às seguintes exigências mínimas e indispensáveis:

7.4. **Segurança Certificada (Requisito Obrigatório):** A entrega do equipamento está condicionada ao fornecimento do respectivo **Laudo Técnico e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, emitido por engenheiro mecânico habilitado. Este documento é fundamental para atestar que o produto foi projetado e construído para suportar os impactos previstos, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

7.5. **Garantia Mínima:** O fornecedor deverá oferecer uma garantia mínima de **12 (doze) meses** contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento definitivo do bem.

7.6. **Manual / Ficha Técnica:** O equipamento deverá ser acompanhado de manual ou ficha técnica em português, contendo, no mínimo, informações sobre a correta instalação, limites de uso, procedimentos de inspeção periódica e conservação.

7.7. A aquisição deste equipamento, atendendo a todas as exigências aqui descritas, representa a solução integral e definitiva para eliminar uma condição de trabalho de risco grave e iminente, alinhando-se aos objetivos de segurança do trabalho e de gestão responsável da Administração Pública.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

8.1. Para garantir que a contratação gere o resultado mais vantajoso para a Administração Pública e assegure a entrega de um equipamento de alta qualidade e funcionalidade, serão exigidos os seguintes requisitos e condições de fornecimento:

Requisito de Qualificação Técnica Essencial:



8.2. Dada a natureza do equipamento – um item de proteção coletiva (EPC) cujo propósito é salvaguardar a vida – o requisito técnico fundamental não se refere à manutenção ou suporte contínuo, mas à **comprovação de sua capacidade e segurança estrutural**.

8.3. **Justificativa:** A complexidade deste objeto não reside em sua operação, mas em sua engenharia e construção. Portanto, é indispensável que a empresa contratada demonstre, por meio de documentação técnica idônea, que o produto ofertado é seguro e adequado à sua finalidade.

Condições para o Fornecimento do Bem:

8.4. O Termo de Referência especificará as seguintes condições essenciais que a Contratada deverá cumprir para a boa e perfeita execução do contrato:

8.5. **Entrega em Perfeitas Condições:** A Contratada deverá efetuar a entrega da **gaiola de segurança** em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme as especificações detalhadas no Termo de Referência, no prazo e local indicados pela Administração.

8.6. **Documentação Obrigatória:** O equipamento deverá ser acompanhado da respectiva Nota Fiscal – na qual constarão marca, fabricante, modelo e prazo de garantia – e, impreterivelmente, do **Laudo Técnico e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** que ateste sua capacidade e segurança.

8.7. **Responsabilidade Pós-Entrega:** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, por vícios ocultos ou aparentes, ou por defeitos de fabricação.

8.8. **Qualidade e Conformidade:** A Contratada deverá garantir que o bem esteja em conformidade com as normas técnicas pertinentes (ABNT, etc.) e, principalmente, com as especificações atestadas no Laudo Técnico/ART apresentado.



- 8.9. **Fornecimento Direto:** A Contratada deverá fornecer diretamente o equipamento, não sendo permitida a subcontratação total do objeto.
- 8.10. **Manutenção das Condições de Habilitação:** A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.11. **Obrigações Fiscais e Operacionais:** A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos incidentes e a arcar com todas as despesas operacionais, incluindo custos de transporte até o local de entrega.

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa para as Exigências de Qualificação Técnica

- 9.1. A exigência de qualificação técnica para esta contratação está focada na segurança intrínseca do produto, e não em atestados de fornecimentos anteriores. A parcela de maior relevância técnica do objeto não é sua complexidade de uso, mas sua capacidade de proteger a vida do servidor.
- 9.2. Dessa forma, a qualificação técnica será comprovada pela apresentação, junto à proposta, da documentação que ateste a segurança do equipamento ofertado, sendo o Laudo Técnico e/ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) o requisito fundamental.



9.3. Esta abordagem garante a segurança e a qualidade do bem sem restringir indevidamente a competição, permitindo que qualquer fornecedor participe, desde que o produto ofertado cumpra as indispensáveis normas de segurança.

Da Dispensa da Qualificação Econômico-Financeira

9.4. Para a presente contratação, opta-se pela dispensa das exigências de qualificação econômico-financeira, decisão amparada no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.5. A referida norma legal faculta à Administração a dispensa de documentos de habilitação, no todo ou em parte, em contratações para entrega imediata. A aquisição do objeto em tela — gaiola de segurança para inflar pneus — enquadra-se nesta hipótese, uma vez que o prazo estipulado para o fornecimento é de 15 (quinze) dias úteis, em remessa única, o que atende ao conceito de entrega imediata definido pelo art. 6º, inciso X, da mesma Lei (prazo de entrega de até 30 dias da ordem de fornecimento).

9.6. A decisão de dispensar tal qualificação se justifica pelos seguintes motivos:

9.7. Redução de Risco para a Administração: Trata-se de uma aquisição com fornecimento integral e em curto prazo, não se caracterizando como um serviço continuado. O risco financeiro para a Administração é mitigado, pois o pagamento ocorrerá somente após o recebimento definitivo do bem, o que garante que a obrigação do contratado será cumprida antes do desembolso de recursos públicos.

9.8. Ampliação da Competitividade e Eficiência: A supressão desta exigência simplifica o processo licitatório e amplia o universo de potenciais licitantes. Tal medida se mostra ainda mais pertinente por se tratar de uma licitação com participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as quais a preparação de complexas demonstrações contábeis pode representar uma barreira à participação. A ampliação da concorrência favorece



a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em alinhamento com o princípio da eficiência.

Justificativa do Critério de Julgamento da Proposta

9.9. Considerando que o objeto desta contratação – a gaiola de segurança – classifica-se como um **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, o critério de julgamento será o de **menor preço**.

9.10. Uma vez atendidas todas as especificações técnicas, que já garantem o padrão de segurança e qualidade necessário, a proposta de menor preço será a mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o princípio da economicidade e o art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para a Vedação à Participação de Empresas em Consórcio

9.11. A participação de empresas em consórcio **não será permitida** para esta contratação.

9.12. A justificativa para a vedação reside na baixa complexidade e na natureza singular do objeto. A aquisição de um único equipamento, com especificações claras, não demanda a união de competências técnicas ou capacidade econômico-financeira que justifique a formação de um consórcio. A permissão, neste caso, geraria complexidade administrativa desnecessária para a gestão contratual.

Participação Exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Me/Epp)

9.13. A exclusividade se fundamenta no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, que determina a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME/EPP nos itens ou lotes cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).



10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Identificação de Possíveis Impactos Ambientais:

- 10.1. A aquisição da gaiola de segurança, por ser um equipamento robusto e de operação passiva, possui impactos ambientais limitados, concentrados principalmente em sua produção e descarte:
- 10.2. Fase de Produção/Fabricação: Consumo de recursos naturais, principalmente aço, e de energia nos processos de corte, dobra, solda e pintura.
- 10.3. Fase de Transporte: Emissões de poluentes atmosféricos e consumo de combustível durante a logística de entrega.
- 10.4. Fase de Uso (Operação): Inexistente. Por ser um equipamento de proteção passivo, não há consumo de energia elétrica ou qualquer outro recurso durante sua utilização.
- 10.5. Fase de Descarte (Pós-vida útil): Geração de resíduo metálico. O aço, principal componente, é um material de alto valor para a reciclagem, o que caracteriza um impacto positivo se o descarte for realizado corretamente.

Requisitos de Sustentabilidade e Medidas Mitigadoras:

- 10.6. A Administração, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável, estabelecerá no Termo de Referência as seguintes diretrizes, focadas na durabilidade e no ciclo de vida do material:
- 10.7. Durabilidade e Longa Vida Útil: O equipamento deverá ser projetado para uma longa vida útil, com estrutura robusta e acabamento que ofereça alta resistência à corrosão (ex: pintura eletrostática ou tratamento similar). A durabilidade é o principal critério de sustentabilidade para este bem, pois evita a



necessidade de substituição e o consumo de recursos para a fabricação de um novo.

10.8. Materialidade e Reciclabilidade: O produto deverá ser fabricado com materiais que sejam facilmente recicláveis ao final de sua vida útil, como o aço.

10.9. Gestão de Embalagens: O bem deverá ser acondicionado em embalagem adequada, com o menor volume possível, utilizando preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a proteção durante o transporte e minimizar a geração de resíduos.

10.10. Conformidade Técnica e Ambiental: A Contratada deverá observar as normas técnicas da ABNT e regulamentos pertinentes que assegurem aspectos de saúde, segurança e meio ambiente na fabricação e no produto final.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

11.1. A contratação da gaiola de segurança para inflar pneus visa alcançar resultados diretos e mensuráveis em termos de segurança do trabalho, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme detalhado a seguir:

Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos: Proteção à Vida e Integridade Física

11.2. Eliminação de Risco de Acidente Grave e Fatal: O resultado mais significativo é a neutralização de um risco classificado como de Nível Alto (8) e com severidade "Fatal ou Incapacitante" (4), conforme apontado pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). A gaiola proporcionará um ambiente de trabalho seguro, garantindo a integridade física do servidor e a conformidade com as normas de segurança do trabalho.



- 11.3. **Preservação da Força de Trabalho:** Ao proteger o servidor de acidentes, a Administração evita a possibilidade de afastamentos de longa duração ou permanentes. Isso garante a continuidade do trabalho de um profissional essencial para a manutenção da frota, otimizando a força de trabalho disponível.

Economicidade e Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros

- 11.4. **Redução Drástica de Custos Potenciais:** O principal resultado econômico é a prevenção de despesas catastróficas que um único acidente acarretaria ao erário. O investimento na gaiola é irrisório quando comparado aos custos potenciais com:

- 11.4.1. Tratamentos médicos, reabilitação e possíveis pensões por invalidez;
- 11.4.2. Indenizações e despesas com processos judiciais;
- 11.4.3. Custos relacionados à substituição, contratação e treinamento de um novo profissional.

- 11.5. **Proteção do Patrimônio Público:** A contratação representa um investimento de altíssimo retorno ao proteger o Município de um passivo financeiro e jurídico de valor imensurável, atendendo plenamente ao princípio da economicidade na sua forma mais eficaz: a prevenção.

Continuidade e Eficiência dos Serviços Públicos

- 11.6. **Garantia da Operacionalidade da Frota:** O borracheiro é um profissional-chave para manter a frota municipal (caminhões, máquinas, ambulâncias) em operação. Um acidente grave paralisaria a manutenção de pneus, impactando diretamente a prestação de serviços essenciais à população. Garantir a segurança deste servidor é, portanto, garantir a continuidade e a eficiência operacional da Prefeitura.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de



obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

12.1. O fornecimento dos equipamentos se dará em **parcela única**.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

13.1. Preparação da Infraestrutura: O Departamento de Controle de Frotas (borracharia) providenciará os espaços e as condições necessárias para a instalação e o uso adequado dos equipamentos, incluindo pontos de energia elétrica e áreas seguras para a montagem da gaiola e a adaptação do guincho.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreibe
Suplência de Fiscal Administrativo	Iris Cristina Bertolini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Marcelo Velasco
Fiscal Técnico:	A secretaria não dispõe



Suplentes:	Victor Prado
------------	--------------

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

14.1. Não há.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual,
sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento
da Administração;

15.1. A presente contratação, referente à aquisição da gaiola de segurança para inflar pneus, não estava originalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025.

15.2. Sua inclusão e priorização para execução imediata justificam-se pela identificação de uma necessidade superveniente e inadiável, formalmente documentada no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da Secretaria. Conforme o laudo, o risco de "Explosão/estouro de pneus" foi classificado como de **Nível Alto (8)**, com severidade **"Fatal ou Incapacitante" (4)**.

15.3. A criticidade do risco à vida e à integridade dos servidores é de tal magnitude que não se pode aguardar um novo ciclo de planejamento. A ausência deste Equipamento de Proteção Coletiva representa uma vulnerabilidade grave e inaceitável no ambiente de trabalho, que exige pronta resposta da Administração.

15.4. Apesar de não constar no plano, a aquisição está em total alinhamento com os objetivos estratégicos da Administração de promover a segurança e a saúde de seus servidores, bem como de garantir a continuidade dos serviços essenciais que dependem da manutenção da frota.



15.5. Adiar esta contratação significaria manter, de forma consciente, uma condição de trabalho de altíssimo risco, o que contraria os princípios da eficiência, da economicidade (pela prevenção de acidentes) e, sobretudo, da proteção à vida, pilares da Lei nº 14.133/2021.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

16.1. ☐ Global

16.2. ☐ Lote(s) de Itens

16.3. ☒ Por Itens

16.4. **Justificativa:**

16.5. A contratação será realizada **por itens individualizados**. Conforme detalhado na seção "Justificativa para o Parcelamento ou Não da Contratação" deste ETP, essa modalidade otimiza a competitividade e a obtenção das melhores condições para a Administração Pública. A licitação por item permite a ampla participação de empresas com *expertise* específica, aumentando a concorrência, garantindo a qualidade e promovendo o tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006.

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

17.1. ☒ Bens e serviços comuns

17.2. ☐ Bens e serviços especiais

17.3. ☐ Serviço comum de engenharia

17.4. ☐ Serviço especial de Engenharia

17.5. **Justificativa:**



- 17.6. O equipamento a ser adquirido classifica-se como **Bem Comuns**.
- 17.7. Conforme o **Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021**, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. No presente caso, os equipamentos possuem características padronizadas e de fácil acesso no mercado, com disponibilidade em larga escala. Suas especificações podem ser claramente descritas no Termo de Referência, sem a necessidade de soluções inovadoras ou de alta complexidade técnica que demandem análise por critérios de melhor técnica. Isso permite a seleção da proposta mais vantajosa com base no critério de menor preço, em conformidade com o Art. 33 da mesma lei.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Não será exigida garantia de execução do objeto para esta contratação.
- 18.2. Justificativa para a Dispensa da Exigência de Garantia:
- 18.3. A decisão de dispensar a exigência de garantia de execução se fundamenta na baixa complexidade e simplicidade da contratação, que envolve a aquisição de bens prontos e de fácil verificação. O objeto consiste no fornecimento em parcela única de equipamento padronizado.
- 18.4. Os riscos associados ao descumprimento contratual são considerados mínimos e controláveis, dado que:
- 18.5. O equipamento é bem de prateleira, e a entrega em parcela única permite a rápida verificação de conformidade e qualidade no ato do recebimento.
- 18.6. As exigências de qualificação técnica para o fornecedor, já mitigam os riscos de defeitos de fabricação ou falta de suporte pós-venda.



18.7. A Administração possui mecanismos de fiscalização eficazes para o recebimento de bens, que incluem a verificação das especificações técnicas, funcionamento e documentação.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

19.1. Diante de todas as análises e justificativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, concluímos pela plena viabilidade e necessidade da contratação para a aquisição da gaiola de segurança para inflar pneus.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto:

- 20.1. ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
- 20.2. ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- 20.3. ☐ Concurso
- 20.4. ☐ Leilão
- 20.5. ☐ Dialogo Competitivo
- 20.6. Procedimentos auxiliares
- 20.7. ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- 20.8. ☐ Pré-Qualificação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- 20.9. ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.
- 20.10. Contratação Direta:
- 20.11. ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- 20.12. ☐ Inexigibilidade de licitação.
- 20.13. Critério de julgamento:
- 20.14. ☒ menor preço
- 20.15. ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- 20.16. ☐ técnica e preço
- 20.17. ☐ maior retorno econômico
- 20.18. ☐ maior desconto
- 20.19. ☐ maior lance
- 20.20. Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:
- 20.21. ☒ Aberto
- 20.22. ☐ Fechado
- 20.23. ☐ Aberto e Fechado
- 20.24. ☐ Fechado e Aberto
- 20.25. Caráter do orçamento estimado SIGILOS
- 20.26. ☐ SIM
- 20.27. ☒ NÃO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

21.1. ☒ Recursos Próprios

21.2. ☐ Recursos Estaduais

21.3. ☐ Recursos Federais

Departamento de Controle de Frotas

Dois Vizinhos, 22 de agosto de 2025.

